

Paola Cappellin

Doutora em Sociologia
pela Université Paris X/Nanterre;
professora do Departamento de Ciências
Sociais da UFRJ.

Elisa Guaraná Castro

Mestre em Ciências Sociais
e pesquisadora do Instituto de Estudos
da Cultura e da Educação Continuada
(IEC), RJ.

Fazer, Pensar e Decidir: Os Papeis das Mulheres nos Assentamentos Rurais. Algumas Reflexões a Partir de Três Estudos de Casos

1. Introdução

Apresentamos neste texto a análise realizada em três assentamentos entre 1994 e 1996 – no Rio de Janeiro (S. José da Boa Morte no município de Cachoeira de Macacu e Sol da Manhã no município de Seropédica)¹ e em São Paulo (Gleba XV, no Pontal de Paranapanema)². A análise se detém em resgatar as diversas contribuições das mulheres-trabalhadoras em alguns momentos do cotidiano produtivo e da vida no interior das famílias dos assentamentos. Atuar nas atividades agrícolas nos lotes e realizar os afazeres domésticos são ex-

pressões do *fazer*. Para percebermos a inserção das mulheres analisaremos a distribuição das atividades produtivas – agricultura, gado, horta, pequena criação – das demais fontes de renda internas ou externas ao lote e dos afazeres domésticos.

Contribuir diretamente na elaboração do projeto produtivo e do futuro do lote e da unidade doméstica são expressões do *pensar*. Para, tal é importante perceber a reflexão das mulheres sobre a vocação econômica do seu lote, levando em consideração como a mulheres se percebem, como avaliam a situação atual do lote, os

balanços e as perspectivas. A partir deste conjunto pode-se assim aprofundar como as mulheres/trabalhadoras se integram na prática de planejar e elaborar estratégias de desenvolvimento da agricultura familiar.

E, finalmente, participar das tomadas de decisão no que diz respeito à administração e ao planejamento econômico dos lotes, assim como nos projetos familiares, são expressões do *decidir*. Para poder ter uma maior clareza dos elementos que constituem a divisão sexual do trabalho e a partir de quais mecanismos esta divisão se perpetua devemos res-

¹ São aqui sintetizadas algumas partes da dissertação de Mestrado de Sociologia da tese: “Entre o rural e o urbano: dimensões culturais dos assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro” de Elisa G. de Castro, defendida em 1995 no programa de Pós Graduação em Sociologia da UFRJ, sob orientação de G. M. Giuliani.

² Estamos recuperando as reflexões organizadas no relatório final redigido pela equipe no decorrer do estudo “Agricultura familiar nos assentamentos rurais: as relações entre as mulheres e os homens – O caso do Pontal de Paranapanema” coordenado pela Prof. Hildete Pereira de Melo (UFF) em maio 1996. Deste relatório estamos recuperando sobretudo os itens que foram analisados e redigidos por E. Guaraná Castro e Paola Cappellin.

gatar no tecido das relações familiares quais são as atribuições dos homens e os limites atribuídos às mulheres num contexto importante: as tomadas de decisão.

Neste contexto é importante visualizar como homens e mulheres colaboram para delimitar e definir a vocação do lote agrícola, delimitar e contrair futuros compromissos, quem enfim se faz porta-voz destes projetos, e quem tem acesso ou contato com as agências de fomento e de apoio à agricultura. Estes itens dizem respeito à distribuição das responsabilidades entre o casal no que diz respeito à gestão, à administração, ao futuro do lote, assim como às relações com as instituições que interagem nos assentamentos: banco, INCRA, ITESP, cooperativa, sindicato, prefeitura. É importante desagregar o nível de participação das mulheres nesta tomada de decisão em dois momentos: primeiro o planejamento onde ambos participam e um segundo momento em que há uma contratação externa à família onde uma voz (geralmente a masculina) emerge com poder de decisão.

No cotidiano do assentamento, consideramos importante não desprezar a atuação das mulheres na manutenção das redes de sociabilidade: relações de vizinhança e a formação das associações. Nestes contextos se destacam as práticas de lazer e as atividades voltadas para a complementação da renda agrícola. Incorporamos assim a análise da participação

das mulheres nas associações como último elemento importante que nos ajuda a evidenciar a articulação entre os papéis produtivo, reprodutivo e político que as mulheres exercem. Também esta atuação contribui para caracterizar melhor os assentamentos como espaços sociais além de econômicos. Isto é, cotidiano preenchido por acontecimentos que marcam a sociabilidade de homens, mulheres, crianças, idosos, parentes, amigos, autoridades, muito além dos papéis de trabalhadores e trabalhadoras por eles desempenhados.

Com efeito, a vida no assentamento é orientada não só pela lógica produtiva/econômica da agricultura, não só é marcada pelas estratégias de sobrevivência, mas é também dinamizada nas diversas formas de sociabilidade que evidenciam o elo estreito entre práticas alternativas inovadoras do trabalho agrícola e a participação nas entidades que incentivam e canalizam as aspirações individuais e coletivas de atuação. Não podemos esquecer que o começo de cada assentamento é fortalecido por trajetórias individuais e coletivas de ocupação da terra que alimentam experiências de mobilização entre as assentadas e os assentados. Estes espaços de sociabilidade permitem evidenciar as diferentes situações de convivência/disputa/colaboração entre homens e mulheres.

Nos assentamentos analisados tanto no Rio de Janeiro (Sol da Manhã e São José da Boa Morte)

quanto no Pontal do Paranapanema (Gleba XV) o núcleo familiar é a unidade básica da organização produtiva e reprodutiva na medida em que os lotes são entregues à grupos familiares e não aos indivíduos. A família permanece como o núcleo privilegiado das práticas de sociabilidade extra-econômicas. É o centro das decisões e de grande parte da circulação das informações. Em qualquer relato sempre há alguma citação ao pai, à mãe, à nora, aos filhos, ao genro, ao sogro etc. Com isso a família é, sem dúvida, um pilar na construção da identidade dos assentados.

2. A Família: uma rede de cooperação

As relações familiares, campo temático que confronta várias vertentes da sociologia e da antropologia, São sem dúvida, o nosso ponto de referência para compreender os vínculos de aliança, de aproximação e de compromissos que percorrem as relações entre os homens e as mulheres numa ou mais gerações (Bott E., 1976). Nos apoiamos assim em uma vertente da sociologia que se preocupa em perceber a família como campo onde são construídas relações que envolvem conflitos e alianças, onde os diferentes capitais são distribuídos de maneira não homogênea, e onde mecanismos sociais reagem à lógica segundo a qual os diferentes capitais são atribuídos e disputados (D. Bertaux, 1987).

Tendo privilegiado a família como espaço de convívio onde se confrontam opiniões e projetos, onde se constrói – no seio desta diversidade – uma específica divisão sexual e geracional do trabalho, nos distanciamos da vertente de K. Mannheim (1952). Este autor tem considerado a família como grupo, união de um número de indivíduos através de laços naturalmente desenvolvidos ou conscientemente desejados, que compartilha maneiras de agir voluntariáveis, além de desenvolver uma capacidade para a ação conjunta.

Quando nos aproximamos da análise do cotidiano dos assentamentos, esta questão se recoloca. As instituições que dispõem o acesso à terra (INCRA, IDESP) o fazem a partir de um modelo de núcleo familiar. Visto que a produção agrícola está aqui organizada pelo trabalho das diferentes pessoas do núcleo doméstico. A família assume assim um papel importante. Esta é vista como organização marcada pela estratificação hierárquica que perpassa as relações de aliança (marido–esposa) e as relações de filiação (pais e filhos). Muitas das instituições que mantêm contato agindo na estruturação dos lotes e na assistência técnica assumem evidenciando a autoridade do marido e as responsabilidades do homem como “chefe da família”.

O homem, em qualidade de responsável pelo lote articula os papéis de marido e de “chefe da

família” na medida em que a ele são atribuídos vários papéis. É a ele destinado o poder de organizar, de gerenciar o lote delimitando e contabilizando as possíveis fontes de renda até externas à agricultura, e de representar o núcleo familiar junto às instituições. Mas esta autoridade produtiva se legitima junto aos familiares e às instituições a partir do seu papel de marido. Isto é, lhe é atribuída também autoridade afetiva, emocional e moral por junto a coletividade familiar. A Consequência deste somatório de atribuições é a possibilidade de o “chefe da família” transformar as responsabilidades de simples coordenação em responsabilidades de mando. Ele pode chegar a concentrar nas suas mãos a organização, definindo sozinho a distribuição das atividades de plantio, de tratamentos agrícolas, de colheita e de cuidado dos animais entre seus familiares – adultos e crianças. Pode também estender seu poder conservando para si outras responsabilidades: de administração e de planejamento, de definição da finalidade da produção de seu lote – para o mercado e/ou para o consumo familiar – responsabilizando-se por representar a unidade de produção familiar junto às agências externas – banco, cooperativa, técnicos.

O marido, como responsável perante às autoridades pode assim assumir como de sua exclusiva competência as definições de gerenciamento: do lote agrícola, da divisão sexual do trabalho nas práticas produtivas, das ativida-

des de complementação de renda externa à agricultura, e sob quais desafios de tempo e de dispêndio de energia, os membros da família terão que desempenhar as práticas domésticas.

É claro que ele tem, na sua frente, diferentes opções: pode exigir ou estimular a implementação de uma rígida subdivisão entre quem faz, quem planeja e quem decide, reafirmando seu poder de decisão como “chefe da família”. Pode, através do diálogo com seus familiares, encaminhar uma colaboração que resgate a importância da complementaridade entre as distintas funções, delimitando junto a eles, cada escolha destas atribuições. Pode, enfim, oferecer maior autonomia a fim que cada pessoa da família chegue a elaborar seu projeto de inserção e de realização ocupacional no lote e no domicílio. Nesta dinâmica, o “chefe de família” recupera seu papel de responsabilidade na coordenação de um núcleo de pessoas que compartilha as tomadas de decisão.

Da escolha de uma entre estas diferentes opções, o marido/chefe de família chega a colocar em prática um certo modelo de relações familiares, explicitando os mecanismos de inclusão, de exclusão, de colaboração e de autonomia. De sua capacidade organizativa dependerá a forma como os familiares poderão qualificar-se: como colaboradores e/ou como seus dependentes.

A documentação da vida familiar registrada pelas duas pesquisas ajudam a perceber como os agricultores fomentam a organização de seu lote, administrando e colocando em prática estratégias de integração/exclusão dos diferentes membros – a esposa, as crianças, os rapazes e as moças nas atividades agrícolas. É a partir destes materiais que poderemos caracterizar melhor a família como rede de cooperação.

3. Os Assentamentos: três estudos de caso

3.1. A trajetória de bóia-fria à assentado: o assentamento do Pontal do Paranapanema

O assentamento foi formado em 1981 a partir de uma invasão. Todos os atuais assentados passaram pelo processo de seleção após permanecerem na beira da estrada. Para muitos esta situação se protelou por 6 meses. Sucessivamente, foram levados para uma área “emergencial”³ pôr um período de 1 ano e só então receberam um lote definitivo. Houve uma segunda invasão que ocorreu há oito anos, em uma área próxima. O processo de assentamento foi mais demorado até que

as 205 famílias recebessem os lotes.

Muitos adultos hoje assentados tinham vivido anteriormente em cidades próximas, como Porto Euclides da Cunha e Teodoro, atuando na agricultura como bóia-frias. Esta região foi muito marcada pela construção de barragens, pelo plantio da cana-de-açúcar, do algodão e pela pecuária. Outro tipo de trabalho que realizavam, era o desmatamento, atividade extremamente desgastante, principalmente para as mulheres. Este passado de trabalho de bóia-fria deixou lembranças. Muitas vezes os acordos de trabalho feitos em troca de terra não foram respeitados. As mulheres sublinharam que os fazendeiros da região eram muito violentos e pouco confiáveis.

Em 1985 a área foi formalmente demarcada compreendendo 13.310 ha, foram distribuídos 561 lotes, organizados em 5 setores. Da área total, 75% foi destinada à agricultura (setores 1,2 e 3), onde os lotes são de 15 e 18 ha. Os principais produtos agrícolas eram algodão, mandioca, milho, feijão e café. O restante da área, 25% (setores 4 e 5), foi destinado à pecuária, e os lotes têm 40 ha. Atualmente estão ocorrendo mudanças e muitas famílias estão

abandonando a agricultura e investindo no gado⁴.

Fazer: “Difícil mulher que não trabalha aqui.”

A compreensão da divisão do trabalho hoje efetivada no assentamento deve dar conta do passado individual e familiar de cada membro adulto. A maioria da população tinha como tradição de sobrevivência o trabalho rural e por isso optou pelos lotes destinados à agricultura. Quem aceitou os lotes destinados à pecuária afirmou que o lote agrícola era o desejado e que a pecuária foi aceita como desafio.

O passado ocupacional de bóia-fria, experiência que reúne a maioria dos assentados, pode ser um fator que apóia a freqüente participação das mulheres em todas as atividades de produção. A maioria das entrevistadas afirmou já ter “destocado” ou “derubado” mata, atividades classificadas tradicionalmente como uma das tarefas mais pesadas.

O gado se destaca por não ter uma grande tradição local em todos os núcleos familiares. Assim, como atividade recente, não implica a reprodução de padrões culturais tradicionais entre os

³ Nesta fase os assentados que estavam acampados na beira da estrada já passaram por um processo de seleção. A área “emergencial” é destinada a alojar temporariamente os que esperam por um lote, a área está dividida em lotes de 1 alq. e ½ e deve ser utilizada para que as famílias façam a primeira plantação.

⁴ Para um melhor detalhamento da história da formação do assentamento, ver MELO, H.P.; CAPPELLIN, P e CASTRO, E.G. (1996).

dois sexos. Algumas entrevistadas disseram que tinham mais conhecimento de gado do que o próprio marido, por seus pais terem sido criadores. Esta atividade está criando novos padrões culturais de como subdividir as tarefas de acordo com o que é considerado tradicionalmente “tarefa masculina” e “tarefa feminina”. Um fato curioso é a ordenha que, tradicionalmente realizada pelas mulheres, neste assentamento é uma atividade considerada masculina. Da mesma forma, a responsabilidade de “apartar” o bezerro da vaca, assim como a aplicação de remédios e vacinas, aqui é realizada, na maioria das vezes, por ambos.

No cotidiano das atividades agrícolas, a maioria das famílias incorporou ambos os sexos: na repartição das tarefas realizando todas as atividades, muitas vezes aceitando a colaboração dos filhos. Neste conjunto, se destacou a aplicação dos defensivos como tarefa exclusivamente masculina. São raros os núcleos familiares onde a esposa não está envolvida na agricultura. Das entrevistadas, apenas duas afirmaram que não trabalham mais na agricultura, as demais participam de todas as atividades: capina, plantio, colheita, etc. Além disso, algumas

atividades são realizadas especificamente pelas mulheres, são elas: os cuidados com a horta, o pomar e as pequenas criações.

Apesar das primeiras regras de ingresso exigirem a constituição de um núcleo familiar, foram encontradas, no decorrer da pesquisa, algumas agricultoras/assentadas que não conviviam com um homem. Elas cuidavam de tudo, tanto na pecuária quanto na agricultura, contando com o grande auxílio dos filhos.

O cotidiano – agricultura, gado, horta, pequena criação – estava também marcado pelo envolvimento dos adultos, dos jovens e das crianças em outras atividades complementares – urbanas ou rurais – extra-agrícolas, base fundamental da composição do orçamento e da jornada de trabalho dos núcleos familiares. Algumas iniciativas – como a produção de humos e de queijo – são realizadas exclusivamente pelas mulheres e foram apresentadas pelas entrevistadas como estratégias de sobrevivência.

Mas se a composição de renda através de outras atividades produtivas rurais ou urbanas, parece depender bastante da mulher, a comercialização de produtos de-

rivados de produções alternativas ou dos trabalho agregado é responsabilidade na maioria das vezes do homem ou de um dos filhos. Só uma mulher afirmou ser sua esta responsabilidade. Assim, era freqüente ouvir “Difícil mulher que não trabalha aqui.”

Após este cotidiano economicamente ativo, torna-se necessário perguntar qual é o tempo disponível para realizar as tarefas doméstico/familiares, quais responsabilidades são repartidas pelas pessoas adultas e pelos adolescentes e crianças, como enfim estavam sendo atribuídas, aos homens e às mulheres, os afazeres domésticos. Ao serem perguntadas sobre a distribuição do dispêndio de tempo entre as atividades da produção agrícola, a pecuária e o trabalho doméstico, todas as trabalhadoras afirmaram que elas administram o seu tempo de acordo com as necessárias e importantes tarefas domésticas, atividades exclusivamente realizadas sob suas responsabilidades⁵. Todas as mulheres realizam as atividades domésticas, sendo que algumas recebem a ajuda de filhas (em alguns casos filhos) e noras. A maioria ainda afirmou que conciliam o tempo despendido na produção com o trabalho doméstico e que realizar as duas

• • • • •

⁵ “Eu acordo de manhã cedo, 4:30, o padeiro passou outro dia essa hora e falou a única casa que encontrei alguém de pé foi aqui, faço o café. Quando tinha horta, eu já molhava a horta, já corria tratava das galinhas e do porco, então na época (2 anos) eu tinha 50 cabeças agora tenho 1 porca prenhe. Ai quando era umas 6 da manhã eu ia pra roça, ai já deixava o almoço adiantado enquanto cuidava da horta, o arroz no fogo, a carne temperada, uma salada, as vezes ele ajudava. Ele acordava e ia mexer com trator, arado. na hora do almoço vinha todo mundo... Agora sem a horta eu acordo mais tarde um pouquinho.”

coisas era muito cansativo. Muitas afirmaram que preferem as atividades na produção às atividades domésticas.

As contribuições dos filhos

Pela lógica da reprodução social oferecida pelos padrões familiares neste assentamento, os jovens não têm assegurado a sua permanência. Esta remota possibilidade futura contrasta com um presente onde há necessidade de que os jovens permaneçam próximos aos familiares. É o aqui e agora que dá sentido à capacidade deles de fortalecer a família, seja no momento de entrada no assentamento, seja no seu contínuo desempenho.

Os núcleos familiares são compostos em média por 3 a 5 filhos. A principal faixa etária é acima de 18 anos, mas a maioria entrou no assentamento como criança ainda pequena. As crianças em idade escolar estão frequentando a escola. Dos que se encontram na faixa etária entre 13 a 18 anos, muitos estão terminando o primário ou cursando o segundo grau. Alguns tem saído do assentamento para terminar o segundo grau já que não há neste contexto a escola secundária. Entre estes há quem esteja fazendo curso técnico em agricultura. Dos que já terminaram os estudos, muitos pararam apenas no primário, alguns fizeram o curso secundário e dois terminaram o terceiro grau.

Em geral, os rapazes trabalham nos lotes com os familiares, os pais. Mas é freqüente que ao crescerem, sejam incentivados a abandonar a atividade interna ao lote para continuar fora do assentamento a trabalhar na agricultura, com remuneração individual. Isto representa um retorno ao trabalho temporário sazonal, de bóia-fria, para a geração mais jovem. Às vezes este afastamento os leva a assumir atividades até urbanas, especializadas ou não. Aqueles que permanecem no assentamento exercem atividade auxiliares – tratoristas, motoristas, diaristas. No entanto quando casados buscam, junto ao órgão responsável, pleitear um lote próprio. Os jovens, filhos dos assentados, quando casados, aguardam a distribuição do lote, residindo nas agrovilas – construídas dentro do assentamento – sem direito de ter acesso ao uso da terra, e trabalham em serviços de auxílio á agricultura.

Diferente é a trajetória das moças. Elas se socializam na agricultura como membros ativos no lote familiar. Ao crescerem podem chegar a ajudar com renda externa em trabalhos informais ou trabalho remunerado doméstico, muitas vezes articulando-o com os estudos. A possibilidade de permanecer no assentamento só se faz possível quando casam com o filho de assentado e adquirem um novo lote.

Pensar: “Eu sou lavradora; eu sou piã dele”

Para a pergunta: “qual é sua profissão?” a maioria respondeu ser lavradora. As respostas apontaram para o fato de quase todas se autodenominarem ativas, agentes da produção. Mas há aquelas que se apresentaram como “eu sou piã dele”.

A maioria sabia descrever a produção no lote, tendo um bom nível de informação, em detalhes, da produção (safra atual, safra passada, produções anteriores, projetos futuros, empréstimos). Uma entrevistada apresentou idéias interessantes e ao falar sempre em primeira pessoa, deu a entender que planeja mais do que o marido os próximos passos a serem tomados e os projetos futuros, principalmente quanto aos projetos de agricultura alternativa.

Um outro grupo, oito das dezenove entrevistadas, demonstrou ter um conhecimento parcial da situação do lote, no que tange à produção, oferecendo informação sobre a produção atual, e as produções passadas. Mas só duas delas souberam informar sobre os projetos futuros não tendo clareza sobre os empréstimos contraídos pelos esposos para dar continuidade à produção.

Entre as informações básicas para constatar a real capacidade de pensar o destino da agricultura foi importante averiguar as informações que as mulheres deti-

nham sobre a comercialização da produção do lote e quais eram os ganhos obtidos pelas vendas. A maioria das mulheres tinha este conhecimento, assim como sabiam ressaltar quanto tinha sido gasto e quanto restava de lucro. Quase todas tinham, portanto, noção do cálculo econômico e do valor monetário da renda, tanto quanto detinham algumas as noções do processo de comercialização.

Algumas, cujo marido estava presente na hora da entrevista, chegavam a discordar da avaliação de seus maridos quanto a situação de vida da família. Algumas avaliaram a situação atual do lote confrontando-a com a situação de vida antes da chegada no assentamento. Várias afirmaram que melhorou porque agora eram donas de alguma coisa, mas que muitas vezes elas tinham que trabalhar mais sem um retorno compensador.

Decidir: “A última palavra é dele”

De um modo geral, quando perguntadas sobre quem tomava as decisões quanto à produção, a primeira resposta dada pelas assentadas era a de que “ambos decidiam”. No entanto várias mulheres afirmaram que quando há controvérsia, “a última palavra é dele”. São poucos os casos onde

pareceu que a mulher era quem de fato estava gerindo o lote. Este exemplo se deu com uma das entrevistadas cujo discurso foi todo em primeira pessoa.

Quanto aos projetos futuros, os depoimentos apontaram para uma decisão conjunta. Sobre os empréstimos contraídos pareceu que as mulheres tinham menos espaço na tomada de decisão. No caso, a maioria delas sublinhou que os maridos/companheiros acabam se responsabilizando pela decisão final. Mesmo entre as trabalhadoras que afirmaram decidirem junto com eles, três reconheceram que o marido tomava a decisão final. Este caso é frequente no momento da negociação dos empréstimos junto às agências bancárias. Estes são contraídos pelos homens.

É importante registrar um outro momento delicado no itinerário da tomada de decisão: quando foram verbalizadas discordâncias de opiniões. Com efeito ao perguntar: “no caso de discordância quem decide?”, muitas afirmaram que a palavra final era do homem. Destas diferentes estratégias pôde-se supor que a alta frequência da resposta dada: “a decisão é de ambos”, era provavelmente uma primeira resposta em busca de verbalizar um consenso que tentava escamotear a diversidade de poderes entre homens e

mulheres.

No que diz respeito ao planejamento e responsabilidades decorrentes da comercialização, da administração do lote e do orçamento familiar, aparecem situações onde os homens têm um maior poder de decisão e o exercem na maioria dos casos sem incorporar as propostas, as reflexões e as sugestões das esposas/companheiras⁶.

Associações e participação das mulheres

No assentamento Gleba XV existem duas formas associativas: as Associações de Famílias e a Associação de Mulheres do Setor 2. As Associações de Famílias existem desde a implantação do assentamento, estimuladas pelos técnicos responsáveis do ITESP, possibilitando a oferta de alguns serviços: adquirir tratores, equipamentos, a compra/distribuição de insumos e garantir a manutenção do parque das máquinas. Os sócios, quase sempre chefes de família/assentados que atuavam nestas associações tinham o direito de receber um lote maior. No período da nossa pesquisa, a maioria destas associações estavam desativadas por causa dos tratores quebrados, não existindo recursos para o concerto, além de outras dificuldades de gerencia-

• • • • •

⁶ Um caso extremo é a de uma entrevistada que conta como a família trabalhava mas não sabiam para onde ia o dinheiro, agora depois que o marido a abandonou conseguiu organizar sua vida e construir uma casa.

mento patrimonial. Apesar disso, novas associações estavam sendo estruturadas, como é o caso de quatro famílias do Setor 5. Esta Associação de Produtores tinha ainda como objetivo adquirir um trator. Entre as trabalhadoras entrevistadas só algumas delas tinham tido a experiência de participar deste tipo de associação.

Algumas mulheres entrevistadas compunham o quadro das associadas de uma outra forma associativa: a organização das Mulheres Unidas do Setor 2. Pelo depoimento da ex-presidente e sócia-fundadora, a formação foi motivada para buscar soluções para os problemas da comunidade. Esta participação estava motivada para reivindicar uma melhoria da infra-estrutura do assentamento – caixa de água, a bomba de água, o muro da escola, o médico no posto de saúde. Esta associação tinha agregado, com muita facilidade, as mulheres. É importante ressaltar que a adesão se dava pelo interesse delas serem as efetivas responsáveis da vida familiar/doméstica. Estas associações, num segundo momento, partiram para incluir em seus objetivos também o interesse de viabilizar uma roça comunitária. A roça comunitária foi uma estratégia para complementar a renda. Desta iniciativa participaram também os filhos. A iniciativa, que amplia o leque de interven-

ção da associação das mulheres, recebeu dos órgãos responsáveis aprovação e lhe foi dado um lote específico para o cultivo comunitário. Para implementar este projeto as mulheres buscaram a ajuda das autoridades e personalidades da cidade próxima.

Durante o nosso levantamento, a frequência das reuniões era uma vez por mês. Há ainda um novo projeto em gestação: uma granja comunitária, que permitiria um envolvimento direto principalmente por parte das filhas das assentadas que até então encontram como principal possibilidade de emprego o trabalho doméstico remunerado. As jovens, quando buscam uma fonte de renda, freqüentemente se mudam para as agrovilas – existentes em cada setor – ou procuram empregos na cidade próxima ao assentamento.

3.2. Dois estudos de caso no Estado do Rio de Janeiro⁷

São José da Boa Morte

A área onde hoje se encontra o assentamento São José da Boa Morte⁸, é conhecida pelas suas histórias de conflitos por terra, como o que marcou o final de 1979, onde uma ocupação de 120

lavradores teve como consequência a prisão de todos os envolvidos, inclusive de um padre da CPT. Em 22 de janeiro de 1981 a área foi desapropriada, no entanto, os lavradores que fizeram parte do conflito não foram assentados, mas sim outros da área e de regiões próximas. O assentamento se formou a partir de 1985, quando foi iniciado o processo de legalização dos lotes dos assentados. Os órgãos responsáveis pela questão fundiária (INCRA, ITESP, etc.) vêm intervindo fortemente no assentamento desde seu começo, como por exemplo, contratando para a drenagem a empresa de construção Andrade Gutierrez. Esta etapa resultou na destruição do solo cultivável. Atualmente são cerca de 400 famílias residentes no assentamento, que ocupa uma área total de 3.438 ha, os lotes variam de 4,3 a 13 ha. Os principais produtos atualmente cultivados na área são: inhame, batata doce, mandioca, pimentão, jiló, feijão, abobrinha, beringela, milho, arroz, cana-de-açúcar, coco, maracujá, banana, laranja, limão, além da expansão da pecuária.

Uma Associação de Artesãos

Existem três associações no assentamento, duas são associações de produtores e uma é uma Associação de Artesãos. No assen-

⁷ Para a recuperação histórica mais detalhada, ver Castro (1995).

⁸ São José da Boa Morte é distrito do município de Cachoeiras de Macacu, a 120 Km ao norte da cidade do Rio de Janeiro.

tamento de S. José, o artesanato trançado de taboa⁹ é introduzido como uma forma de complementar a renda familiar. Após a construção de um galpão, no lote de um dos assentados, artesãs foram levadas para ensinar a técnica (e outras técnicas de artesanato) para as assentadas que faziam parte da Associação de Artesãs de São José da Boa Morte (como foi registrada). A Associação foi organizada a partir da criação de uma diretoria e contava no período de maior participação com 100 associadas.

O artesanato enquanto complementação de renda foi muito importante logo no início do assentamento, podendo ter representado uma das principais fontes de renda, antes das primeiras colheitas. A técnica do INCRA, que implantou o projeto, controlava tanto a produção quanto os lucros, distribuindo a renda arrecadada na época. Tal sistema gerou insatisfação. Com o tempo, pararam de se reunir para trabalhar e o número de artesãs diminuiu. Hoje, o galpão é utilizado como depósito para guardar o material produzido. Ainda possuem uma estrutura de associação com uma diretoria, no entanto, muitas desistiram. As mulheres trabalham e comercializam seus produtos de forma individual. O depoimento da atual presidente da Associação justifica este

novo trabalho individual: *“Fazer em casa é mais fácil.”* Ainda no São José encontramos mulheres de uma mesma família que não participam da Associação, mas que estão trabalhando em um projeto comum: a confecção de roupas.

A participação na Associação diminuiu do período de implantação para os dias de hoje. Esta diminuição pode estar relacionada à centralização da agente organizadora. Muitas afirmam que pararam de participar porque o trabalho era muito e a remuneração pouca. A Associação também sofreu uma desestruturação com a saída da técnica do INCRA da área. Na medida em que as relações e a organização do trabalho eram realizadas sob a coordenação desta agente, sua saída provocou a descentralização e individualização do processo. Como a Associação estava organizada basicamente em torno da confecção do trançado de taboa, ao perceberem que poderiam realizar o trabalho em casa, as mulheres optaram pelo trabalho e comercialização individuais.

A participação das mulheres nas duas associações de produtores é reduzida. Muitas afirmaram que o marido representa a família e que assim não precisam participar, no entanto, a agente sanitária responsável pelo posto de saúde é

uma exceção a essa regra e tem uma forte atuação em uma das associações e na vida política do assentamento. Devido ao processo de individualização do trabalho no artesanato, atualmente as relações parecem estabelecidas menos em função da organização das mulheres e mais a partir de relações de vizinhança e principalmente em torno das Igrejas Evangélicas, das quais a maioria das assentadas faz parte.

Fazer: “Às vezes ele reclama que eu não vou na roça.”

Em São José, inicialmente, o processo de formação do assentamento ocorreu entre os chefes-de-família homens e o INCRA. Porém, quando os núcleos familiares entram no assentamento e percebem as dificuldades provocadas por um projeto não acabado e mal executado, conjugam diversas estratégias de sobrevivência. Neste período, combinavam o desmatamento de áreas não nativas, efetuado por ambos os sexos, com o artesanato das mulheres, que foi uma fonte de renda fundamental.

Atualmente, o trabalho masculino é principalmente voltado para a produção agropecuária e administração do lote. O trabalho fora do lote só costuma ocorrer, quando o terreno é considera-

• • • • •

⁹ Peças, como cestas, tapetes, chapéus, etc., feitos a partir do trançado de uma planta nativa, a taboa, encontrada facilmente nas regiões alagadas do assentamento. Esta é uma técnica difundida em diversas áreas rurais.

do muito ruim. As mulheres trabalham muito pouco na roça, em alguns casos trabalham fora ou só no serviço doméstico. Todas as entrevistadas realizam o trabalho doméstico, algumas envolvem-se com o artesanato e em trabalhos agregados (produção de queijo). No entanto, admitiram participar da produção agrícola “as vezes na época da colheita”. Participam sozinhas, ou com a ajuda de filhos maiores, da comercialização nas feiras livres dos núcleos urbanos próximas 2 a 3 vezes por semana, enquanto os homens ficam tomando conta da casa. Já a comercialização em larga escala, principalmente na CEASA é responsabilidade dos homens. Talvez esta divisão de tarefas deva-se ao fato de serem tempos de comercialização diferentes. No caso das feiras livres, o trabalho é realizado pela manhã, já no caso da CEASA ocupa o dia todo, e muitas vezes os homens saem de madrugada com a mercadoria.

O fato de algumas mulheres, principalmente as mais jovens, trabalharem fora do assentamento, parece estar transformando a divisão do trabalho doméstico. Alguns homens afirmaram que passaram a cuidar das crianças e de algumas tarefas domésticas desde que as suas mulheres foram trabalhar fora, por isso saem cedo e só retornam no fim da tarde.

A contribuição dos filhos

De um modo geral, os pais desejam que os filhos estudem para ter outra opção de vida que não se esgote em ficar, ou herdar um lote no assentamento. Os filhos, na maioria das vezes, trabalham fora, outros vão morar em outras localidades ou até em outros estados.

Em relação ao ciclo-de-vida das famílias, a maioria dos entrevistados em São José afirmou que os filhos já eram mais velhos quando entraram no assentamento, enquanto outras crianças nasceram quando já estavam assentados, podendo assim participar mais das tarefas domésticas.

A família, apesar das dificuldades, ainda encontra, em alguns casos, a possibilidade de uma reprodução ampliada dentro da própria área. Encontramos uma família que produz a partir de uma divisão de trabalho onde o pai, mesmo sendo inativo, é ainda o coordenador. Seus filhos, casados, moram e trabalham nos lotes. Em outros casos, os filhos estudam e ajudam na roça, além de trabalharem fora. Interessante sinalizar o caso de um produtor cujo filho está cursando uma escola técnica de agricultura. O pai nos confessou não levar muito em conta os conhecimentos que o filho adquiriu na escola. E para mostrar-lhe que “*mais vale a experiência*” deixou-lhe à disposição uma pequena área para “*experimentos*” para que possam com-

parar os respectivos resultados.

À medida que os filhos se tornam adultos, duas tendências predominantes aparecem: a saída deles para outra cidade ou região; ou o casamento dentro do assentamento (ou com pessoas de áreas próximas), e a constituição de nova família nuclear, quando conseguem ter acesso a outro lote. Na família ampliada o lazer também faz parte dessa estratégia de rodízio entre as duas gerações, enquanto um filho fica tomando conta do lote os outros vão a cidade passear.

Na relação entre pais e filhos, a tendência tem sido a dos filhos estarem buscando novas perspectivas. Neste sentido, na maioria das vezes, a relação é de diálogo e não de imposição sobre as escolhas futuras dos filhos. No entanto, isso não impede que o poder de organização esteja concentrado nas mãos dos homens/pais. Um exemplo é o caso do filho que vai fazer agronomia e pediu ao pai um ano para pensar. Ele consentiu desde que ficasse trabalhando com ele. O que parece impedir a opção dos filhos/homens em ficar na terra é a impossibilidade de expansão dos lotes e de falta de capitalização da família para poder comprar outras terras próximas. Com isso, novamente é o efeito perverso do minifúndio que constringe a escolha das novas gerações pelo campo e pela agricultura.

Pensar: “Não tenho vontade de sair daqui.”

A avaliação das mulheres sobre a situação de vida nos assentamentos passa pela trajetória passada. A maioria das mulheres veio de áreas rurais, mas também há casos de trajetória rural/urbano/rural e até de mulheres que nunca tinham vivido no campo. Nestes casos, afirmaram ser muito difícil a vida no assentamento, sobretudo no começo e as principais reclamações foram em relação às condições de vida. No entanto muitas afirmaram que já não gostariam mais de sair. A segurança encontrada no assentamento parece ser decisiva.

Apesar das mulheres terem uma origem, predominantemente rural, os homens são os responsáveis pela produção. A maioria afirma que cuida da casa ou trabalha fora e que não tem conhecimento sobre a produção. Dizem não saber quais os projetos futuros, no entanto, são responsáveis pela comercialização de pequeno porte nas feiras livres de centros urbanos próximos. Portanto, percebe-se um descolamento entre o fazer e o pensar, onde as mulheres tendem a não participar diretamente do planejamento futuro dos lotes.

Decidir: “Vocês fazem as coisas sem comunicar.”

Uma primeira observação sobre a relação homem/mulher aparece na forma como estas par-

ticiparam das entrevistas onde neste assentamento apareceu muito forte a autoridade do homem. Em várias entrevistas as mulheres não se pronunciavam quando estavam ao lado de seus maridos. Não foram raro os casos em que elas ficavam em pé ao lado ou atrás deles. Em outros, mesmo quando se falava sobre uma atividade desempenhada pela mulher, algumas delas, durante as entrevistas realizadas na frente dos maridos, tiveram uma postura mais passiva, quando eles não estavam presentes, falaram muito, quase em tom de desabafo.

A ida para o assentamento foi muitas vezes uma decisão só do homem. Algumas mulheres afirmaram não terem tido escolha, apesar da maioria ter concordado e se sentirem melhor do que onde viviam antes. Como pode ser observado na fala de um assentado:

“Quando eu falei do acidente da compra do lote, ela disse: – isso acontece é porque vocês fazem as coisas sem comunicar as esposas. Aí eu disse: – Fiz! E agora a gente tem que assumir.”

O fato dos homens estarem mais presentes no lote e as mulheres trabalharem mais fora ou se ocuparem do trabalho doméstico parece ter como consequência uma menor participação da mulher quanto às decisões em relação à agricultura e ao futuro do lote, mesmo sendo ela responsável pela comercialização nas fei-

ras livres. Como as mulheres têm uma participação efetiva na composição da renda, elas tendem a participar do gerenciamento das despesas domésticas.

Mutirão Sol da Manhã

O Mutirão Sol da Manhã foi formado a partir de uma ocupação. O assentamento só foi oficializado após dois anos de luta, onde enfrentaram fortes pressões dos que se apresentaram como donos da área, que culminaram com uma ação de despejo, tendo os ocupantes feito diversas manifestações no INCRA. Em 2 de junho de 1988, o INCRA desapropriou 271 hectares, classificados como “latifúndio por exploração” e área de interesse social, e assentou – legalmente – 40 famílias. Ainda hoje, parte do assentamento está em processo de desapropriação. A intervenção do Estado nesta área é bem menor do que no São José da Boa Morte e hoje enfrenta problemas de infraestrutura, assim como problemas técnicos, já que o solo não é de boa qualidade.

O assentamento ocupa uma área de 520 ha dividida em três glebas (A,B,C), no entanto, até o ano de 1996 somente a gleba A foi regularizada. As outras duas áreas ainda estavam em processo de legalização. Em 1996 residiam 72 famílias, os lotes variam de 2 a 8 ha, podendo chegar a 12 ha na parte de morros. Os principais produtos agropecuários são: mandioca, milho, feijão, maxixe,

lhores condições de transporte e de assistência médica como sendo os maiores problemas.

Paradoxalmente, as mulheres parecem ser o elo mais forte entre o universo urbano e o assentamento. A ida para o acampamento e depois para o assentamento foi ressaltada como uma discussão conjunta entre homens e mulheres, sendo algumas vezes a mulher a primeira a tomar a decisão. A relação entre o rural e o urbano aparece da forma mais realizada nos desejos destas mulheres; os dois espaços têm algo bom a oferecer, o espaço da nova vida conquistada e a memória recente da vida que tinham. Nas entrevistas com as mulheres, os dois universos estavam bem presentes onde ressaltavam os pontos favoráveis e desfavoráveis. A maioria ressalta que apesar das dificuldades ainda assim “vale a pena”.

Na medida em que os homens se dividem entre o trabalho no lote e o trabalho fora do lote, as mulheres têm uma participação efetiva na produção. A maioria das mulheres passou pela trajetória rural/urbano/rural, e elas afirmaram que no período em que moravam em áreas urbanas trabalharam em lojas, como domésticas, etc., mas que na infância e adolescência trabalhavam a terra. Com isso afirmaram resgatar o conhecimento do passado para a atividade no lote. Assim, mesmo as que vieram de áreas urbanas, procuraram se integrar no assentamento através da produção. Dessa forma as mulheres do Mu-

tirão têm um conhecimento e são capazes de avaliar e prever os projetos futuros em relação ao lote e a família.

Decidir: “Eu é que cuido, ele trabalha aqui e fora, a vida aqui é difícil.”

Observamos um diálogo maior e uma participação mais ativa das mulheres. Isto já podia ser observado na forma como as mulheres participaram das entrevistas. Apesar de ter ocorrido casos em que as mulheres ficavam mais caladas na presença dos maridos e falavam mais quando estavam sozinhas, algumas mulheres se sobrepujam aos relatos dos homens. Na medida em que os homens trabalham fora ou conjugam trabalho no lote com trabalho fora do lote e são as mulheres e os filhos que dividem o trabalho doméstico e a produção agrícola, pode-se perceber uma influência direta das mulheres na tomada de decisão sobre a administração do lote. As mulheres, embora se queixem das dificuldades do assentamento e da falta de comodidades da vida urbana que a maioria tinha anteriormente, enfatizam que gostam do que estão fazendo hoje, “plantar e cuidar da roça” e que não pretendem sair.

Pais e filhos

Em relação ao ciclo de vida, muitos afirmaram que participaram do acampamento com filhos pequenos e que isso era uma das

maiores dificuldades, não podendo ajudar muito na lavoura. A família ampliada não foi encontrada em nenhum caso ao longo da pesquisa. A maioria dos filhos, quando fica no assentamento, constitui nova família nuclear. Mas apesar disto a impossibilidade de se manter a família ampliada é lamentada.

A família é organizada a partir das estratégias de auto-sobrevivência, conjugando o trabalho agrícola nos lotes e a complementação de atividades externas. O trabalho externo pode ser praticado pelo chefe-de-família e alguns filhos. O trabalho diário no lote muitas vezes é realizado pelas mulheres com a ajuda dos filhos mais velhos. Mas todos os entrevistados afirmaram que preferem que os filhos se dediquem mais aos estudos.

Participação das mulheres nas associações

O assentamento tem duas associações: a Associação de Mulheres e a Associação de Produtores Rurais. A Associação de Mulheres começou com a ajuda de uma agente externa (agente da CPT) que ensinou algumas técnicas, como o trançado de taboa, pintura de pano de prato, confecção de roupas e pintura de figuras em gesso, etc. Parece que a preocupação tende a ser mais uma forma de sociabilidade. Se reúnem em sua sede que fica ao lado da Associação de Produtores. Atualmente não contam com a

4. Algumas reflexões finais

Os elementos aqui analisados, apesar de tratarem de casos tão distintos, fazem parte de uma realidade política e sociocultural, que são os assentamentos rurais no Brasil. Buscamos contribuir para que se observe os assentamentos como realidades complexas, inseridas dentro dos problemas estruturais que o campo brasileiro enfrenta. E também como realidades que denunciam a falta de política agrícola para a pequena propriedade, a indefinição de uma política de Reforma Agrária e, sem dúvida, sua lentidão com relação às necessidades do país.

Por último, e certamente o elemento mais importante, a partir do qual tentamos refletir, é que os três assentamentos são fruto de processos de formação que demarcam o envolvimento de atores sociais diversificados. Ressaltamos assim algumas especificidades da composição da população envolvida, das agências do Estado que organizam institucionalmente os assentamentos e da presença de mediadores que participam do processo de barganha pela terra e de legalização/organização desta conquista. Estas especificidades contribuem para a análise das condições de vida familiar no cotidiano dos assentamentos.

A Gleba XV tem uma população de trabalhadores rurais que tinha perdido o acesso à terra, estando vinculados como mão-de-obra sazonal na grandes produ-

ções de cana-de-açúcar e algodão. Estas áreas sofreram um grande processo de reestruturação pelas construções de barragens. O ITESP é a agência do governo estadual que planejou e que ainda hoje supervisiona tecnicamente e economicamente o assentamento. Os trabalhadores têm mantido contato e recebido apoio por parte do Sindicato dos Trabalhadores rurais e pelo MST.

O assentamento de São José guarda algumas especificidade no que diz respeito aos grupos de trabalhadores envolvidos. Na sua maioria são produtores rurais que mantiveram o vínculo com a terra pelos contratos de meia. O processo de acesso e estruturação foi dirigido pelo INCRA. No processo de luta foi a CPT que manteve um estreito contato com a população.

No assentamento do Sol da Manhã, a dinâmica tem articulado, como interlocutores grupos familiares cuja base de sua reprodução já vinculava renda urbana e rural, o INCRA e a SEAF (Secretaria de Assuntos Fundiários – RJ). A CPT também neste caso teve um papel importante no processo de assentamento.

Os assentamentos são assim, novos espaços de interações sociais onde se definem e se transformam a história coletiva da população rural. Não podemos deixar de registrar que é graças a processos de negociação entre diferentes atores – os trabalhadores, as agências do estado, os mediado-

res – que se definem muitas estratégias de sua sobrevivência. Neste sentido, assumem importância a significação das relações familiares como suporte para viabilizar apropriadas condições de vida e de produção. Com efeito, todos – mulher, homem, criança, jovens, idosos, – entram no assentamento como integrantes de um núcleo familiar e não como indivíduos.

Como situação limite, a realidade da Gleba XV mostra o modelo de núcleo familiar estruturado que é percebido pelo órgão estadual responsável como homogêneo e estanque. Este modelo é reiterado pela legislação como critério básico para atribuir a terra. Os lotes não podem ser ampliados ou divididos tendo enorme dificuldade em se moldar à ampliação do núcleo familiar ou a sua separação. As relações entre homens e mulheres passam a ser assim demarcadas pelas filosofias e limitações impostas pelas instituições que estruturam os projetos de assentamentos.

A confrontação realizada entre os três assentamentos nos aponta como primeira conclusão que as fronteiras entre os sexos não fomentam uma imagem uniforme da divisão sexual do trabalho. Como fruto de nossas observações podemos dizer que nos três assentamentos emergem modelos de refrações familiares distintas. São a configuração destas que dão vida a especificidade a organização produtiva e reprodutiva. Se por um lado estas rela-

ções familiares podem aparecer simplesmente como pré-condições da viabilidade econômica, por outro, são justamente os vínculos e o diálogo entre homens e mulheres, entre pais e filhos, que assumem relevâncias práticas nas estratégias de sobrevivência. Estas relações se transformam assim em dimensões substantivas da realidade socioeconômica dos assentamentos.

Com efeito, as diferentes histórias dos processos de luta para a conquista do vínculo à terra, as diversidades das modalidades de escolhas dos agricultores e de suas famílias, assim como as especificidades das relações que se estabelecem na organização interna da família, são todos elementos que juntos participam da criação do espaço social: o assentamento.

O segundo ponto que gostaríamos de ressaltar é relacionado à especificidade das contribuições das trabalhadoras. O processo de formação dos assentamentos, as diferentes trajetórias ocupacionais dos trabalhadores e trabalhadoras desenvolvidas anteriormente à constituição dos assentamentos e a atual relação econômica estabelecida pelo assentamento com o meio urbano podem ser vistas como situações/processos que encaminham e moldam um arranjo das participações feminina e masculina na reprodução social da família. Cada assentamento estudado ressalta como as situações/processos fomentam o leque destas

diferenças.

No assentamento Sol da Manhã, a relação com o meio urbano tende a fortalecer a intervenção política das mulheres e sua participação no interior dos assentamentos, assim como sua autonomia em relação aos homens. As mulheres participaram do acampamento e ainda participam ativamente da vida do assentamento. Sua trajetória de trabalhadoras urbanas pode ter contribuído para estimular formas mais autônomas de atuação ontem e hoje neste assentamento.

No assentamento São José, parece que a quebra dos tradicionais padrões de uniformidade do papel do chefe de família se deu quando, frente às precariedades das condições de subsistência das famílias, as mulheres atuaram, via trabalhos de artesanato e de derrubada de matas, na formação do orçamento familiar. Esta contribuição continuou, quando elas passaram a trabalhar no meio urbano – comercializando produtos rurais ou atuando como mão-de-obra urbana, nos centros próximos.

Na gleba XV, a trajetória de bóia-fria, experiência comum das trabalhadoras rurais, parece ter tido um papel fundamental para caracterizar a individualização da mão-de-obra feminina e sua contribuição na composição da renda familiar. Isto é reforçado pelo fato de que elas se reconhecem como “produtoras rurais”. Apesar de toda negociação interna na

família, elas conservam uma percepção pessoal e uma avaliação específica do presente e do futuro da produção agrícola do assentamento, frente às percepções dos homens/maridos.

Não podemos assumir uma visão produtivista e economicista das dinâmicas sociais de tal forma a esquecer que as responsabilidades doméstico/familiares assumem uma significação importante. Com efeito, todos os depoimentos reunidos evidenciam como a entrada nos assentamentos não comporta nenhuma redução ou abandono destas atividades por parte de todas as jovens e mulheres adultas. Elas acumulam atividades cotidianas enquanto trabalhadoras, donas de casa, mães, responsáveis pela roça, pela horta e pequenas criações assim como dos produtos derivados e de atividades externas aos lotes. Considerando o fato de que elas recebem pouco apoio nas atividades doméstico/familiares, principalmente no que diz respeito à colaboração masculina, seu cotidiano é profundamente desgastante.

Os depoimentos recolhidos ilustram que estas atividades domésticas são, muitas vezes, preteridas em relação às atividades produtivas dentro ou fora dos lotes. O nosso recorte inicial – *fazer, pensar e decidir* – ajuda a evidenciar algumas constatações. O *fazer* apareceu com a forte participação da mulher nas mais diversas tarefas e nas diferentes estratégias de formação de renda.

Neste sentido todas demonstraram, embora nem sempre tenham expressado de forma direta, participar ativamente na manutenção do lote. O *pensar* evidencia demonstrando ter opiniões sobre como o lote está se desenvolvendo, como deveriam ser aplicados os recursos e o tipo de produção a ser desenvolvida. A maioria das mulheres (principalmente dos assentamentos Gleba VX e Sol da Manhã) demonstraram ter estas preocupações. O *decidir* faz referência como marido e mulher tomam as decisões sobre o destino do núcleo doméstico, da produção familiar e das perspectivas de investimentos para o futuro. Encontramos uma diversidade de relações. As situações limites vão desde as mulheres que afirmaram não participar das decisões, àquelas que afirmaram decidir tudo conjuntamente, àquelas que apontam que “a palavra final era dele”, ou até àquelas que de fato gerenciam os lotes deixando à responsabilidade dos homens a formação da renda provinda dos trabalhos externos aos assentamentos.

Na Gleba XV, a trajetória de individualização fruto do afastamento dos trabalhadores da terra estimula que as mulheres tenham uma participação ativa em quase todas as tarefas produtivas, acumulando ademais todas as tarefas e responsabilidades doméstico/familiares. Esta ampla participação nas tarefas de *fazer* não se reflete na participação direta na tomadas de decisões.

No assentamento de S. José a menor participação agropecuária das mulheres tem, como provável referência a manutenção do alto grau de autoridade ainda concentrada nas mãos dos homens/maridos. Elas se limitam às atividades domésticas/familiares e apoiam o orçamento com atividades externas à agricultura como o artesanato e o trabalho fora dos lotes. Esta complementaridade que manifesta uma profunda fratura entre a administração agrícola e a formação de renda externa à agricultura leva que elas não contribuam para *pensar e decidir* o futuro do lote agrícola familiar.

O Sol da Manhã caracteriza uma terceira articulação, na qual homens e mulheres tendem a dividir as tarefas de manutenção, administração e decisão sobre o futuro do lote. Isto pode ser fruto de uma influência do passado recente de unidade de trabalho inserida no meio urbano, onde tanto homens quanto mulheres partilham os desafios para compor a renda familiar. Uma tendência encontrada é a administração do cotidiano da agricultura como uma responsabilidade das mulheres. Não podemos esquecer que são muitos os homens adultos que buscam complementar a renda com trabalhos externos rurais e urbanos.

Estas grandes marcas de distinção estão paulatinamente se modificando no sentido de possibilitar uma reflexão sobre a funcionalidade da divisão rígida do trabalho entre os sexos. As novas

gerações, a maior visibilidade da participação das mulheres, a crise da reprodução dos próprios assentamentos, exigem juntas uma renovação das relações familiares dos assentamentos que até agora estavam sustentadas pela imagem do homem como “chefe de família”.

Bibliografia

- BERTAUX D. (1987), Du monopole au pluralisme methodologique dans la sociologie de la mobilité sociale. in *Annales de Vaucresson*, n°. 26 CNRS.
- BOTT. E. (1976) *Família e rede social*, Livraria F. Alves, Rio de Janeiro.
- BRUMER, A. (1990), Considerações Sobre uma Década de Lutas Sociais no Campo no Extremo Sul do Brasil (1978-88), In *Ensaio FEE*, POA, II (1): 124-142, Anais, XV PIPSA, RJ.
- CARNEIRO, M. J. (1994), Pluriatividade: uma resposta à crise da exploração familiar. *APIPSA*, RS, (mimeo).
- CASTRO, E. (1995), *Entre o Rural e o Urbano: dimensões culturais dos Assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro*. Tese de Mestrado, PPGS/ IFCS/UFRJ.
- _____. (1989), O Estado do Rio de Janeiro: revendo a sua vocação agrícola. *Relatório de pesquisa*, (mimeo).
- _____. (1990), A Inserção da Mão-de-obra Feminina no Campo no Estado do Rio de Janeiro. *Relatório de pesquisa*, (mimeo)

- D'INCAO, M. C. (1991), A experiência dos assentados: contribuição ao debate político da Reforma Agrária, In *Lua Nova (Revista de Cultura e Política)*, nº.23/83-106, mar, Ed. CEDEC/Marco Zero.
- DAVID, S. E RAIMBAULT, P. (1994), Etude de deux assentamentos dans l'Etat de Rio de Janeiro, *Centre Nacional d'Études Agronomiques des Régions Chaudes (Montpellier) – Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO)*, RJ, (mimeo).
- ESTERCI N., et alli.(orgs.- 1994), *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. SP, Ed. UNESP
- ESTERCI N., MEDEIROS L., FRANCO M., LEITE S. (1992), Assentamentos Rurais: um convite ao debate, In *Reforma Agrária*, Campinas, 4-15, set./dez.
- FAO, (1991), “Les femmes dans le développement agricole” Roma.
- FAO, (1995), “Plan d'action Fao pour 'intégration des femmes dans le développement'”, Roma, octobre.
- GIULIANI, G. M. (1990), As Formas de reprodução e Expansão das Unidades Produtivas Capitalistas no Campo do Estado do Rio de Janeiro. *Relatório de pesquisa*, (mimeo).
- _____ (1990), Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos, In *RBCS*, nº.14, pp. 59-67.
- GRYNSZPAN, M. (1986), O Camponato Fluminense: mobilização e controle político (1950-64), In *Revista do Rio de Janeiro*, vol. 1, nº.2, jan./abr.
- GRZYBOWSKI, C. (1987), *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Ed. Vozes, RJ.
- GUANZIROLI, C. E. (1994), Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária, In *Assentamentos Rurais produção, emprego e renda – O Relatório da FAO em debate*. Op. Cit.
- LAVINAS L.(1987), Coord. *Mulher rural: identidades na pesquisa e na luta política* Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ
- LAVINAS L. e CAPPELLIN P. (1991), *Gênero e classe: as mulheres trabalhadoras rurais* S. Paulo CUT/CEDI .
- MANNHEIM K. O (1982), Problema sociológico das gerações, In *A sociologia de*. Ática. MEDEIROS, L. S. de. (1989), *História dos Movimentos Sociais no Campo*. RJ, FASE. MELO ,H.P. de; CAPPELLIN P; CASTRO. E. G, (1996), Agricultura Familiar nos Assentamento Rurais: o caso de Pontal de Paranapanema. *FAO/INCRA*, (mimeo).
- MELO,H.P; CAPPELLIN,P; CASTRO, E.G. (1996), Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: as relações entre mulheres e homens – o caso do Pontal do Paranapanema. *FAO/INCRA*
- MENASCHE R. (1995), Mulheres na produção de leite Curitiba, DESER/CEMRT/PR (mimeo)
- MIELE N. GIULIANI P. (1987), *Silenciosas ou combativas? Mulheres no sindicalismo rural na Paraíba*, op. cit. UFRJ/IPPUR .
- MMa/Sc e DESER (1994), A mulher agricultora em S. Catarina” Florianópolis, (mimeo)
- PANTOJA, M. (1992), *Xagu: de sem-terra a assentado*, dissertação de mestrado, PPGS/IFCS/UFRJ.
- PAULILO M.I. (1982), A mulher e a terra no brejo Paraibano In *Trabalhadoras do Brasil*, F. C. Chagas, S. Paulo, Brasiliense.
- POLÍTICA de ASSENTAMENTO, (1987), MIRAD/INCRA.
- RELATÓRIO INSTITUTO BELLEVILLE (1991), França e IDACO, RJ, (mimeo).
- SAFFIOTI H. e BOTTA FERRANTE V.(1983), *A mulher e as contradições do capitalismo agrário* S. Paulo, Perspectiva .
- SILVA, J. G. da. (1987), Mas, qual Reforma Agrária?, In *Reforma Agrária*, Campinas, 11 – 60, Abr./Jul.
- SIMMEL, G. (s/d), *Sociability: an example of pure, or formal, sociology*.
- STOLCKE V (1975) As mulheres do caminhão da turma” In *Debate e Crítica*, S. Paulo.
- TEIXEIRA A.T H.e CARVALHO M. de e SUAREZ M. (1994) Perspectivas de gênero na produção rural, Brasília *IPEA/PNUD*.
- WANDERLEY, M.N.B. (1994), Agricultura Familiar e a Sociabilidade no espaço Local: notas sobre um estudo internacional, *APIPSA*, RS, (mimeo).